

RECURSO ESPECIAL Nº 1.795.305 - RJ (2019/0037650-1)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : CREFISA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
ADVOGADOS : MARCELO MAMMANA MADUREIRA - SP333834
ANA PAULA ALVES DE SOUZA E OUTRO(S) - SP320768
RECORRIDO : ROSENDO QUARESMA DE MOURA JUNIOR
ADVOGADO : SANDRA MARIA MONTEIRO POLETTO - RJ145762
INTERES. : BANCO PINE S/A
ADVOGADO : LUCIANO CHAPIM SOARES E OUTRO(S) - RJ129639
INTERES. : BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A - MASSA FALIDA
REPR. POR : ADJUD ADMINISTRADORES JUDICIAIS LTDA - ADMINISTRADOR
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTRO(S) - RJ136118
INTERES. : BANCO PAN S.A.
ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE MARTINS ALVES E OUTRO(S) - RJ095258
INTERES. : BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO : FERNANDO LUZ PEREIRA E OUTRO(S) - SP147020
INTERES. : BANCO FIBRA SA
ADVOGADO : FABIANO BACELAR PEIXOTO E OUTRO(S) - RJ110014
INTERES. : BANCO BMG SA
ADVOGADOS : SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS - RJ159947
MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA E OUTRO(S) - RJ173524
INTERES. : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADO : GABRIELA NEPOMUCENO CUNHA NASCIMENTO E OUTRO(S) - RJ158243
INTERES. : BCV - BANCO DE CREDITO E VAREJO S/A.
OUTRO NOME : BANCO SCHAHIN S/A
ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE MARTINS ALVES - RJ095258
INTERES. : BANCO BRADESCO S/A
OUTRO NOME : BANCO BMC S/A
ADVOGADO : ANDRE LUIZ PEDROSO MARQUES E OUTRO(S) - RJ208234

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DEFICIENTE FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO

DA SÚMULA 282/STF. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. Ação de revisão contratual c/c repetição de indébito.
2. A deficiente fundamentação do recurso impede o seu conhecimento.
3. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico e similitude fática entre acórdãos recorrido e paradigmas.
4. Não se conhece do recurso especial quando ausente a indicação expressa do dispositivo legal a que se teria dado interpretação divergente. Súmula 284/STF.
5. A ausência de manifestação pelo Tribunal de origem acerca dos dispositivos de lei tidos como violados e da tese defendida pela recorrente, impede o conhecimento do recurso especial.
6. Recurso especial não conhecido, com majoração de honorários.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por CREFISA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso Especial interposto em: 19/03/2018

Processo distribuído ao Gabinete em: 11/09/2019

Ação: de revisão de cláusulas contratuais e repetição de indébito c/c antecipação de tutela ajuizada por ROSENDO QUARESMA MOURA, em face do BANCO PINE e OUTROS, na qual requer a limitação do desconto dos empréstimos por ele contraído junto às instituições financeiras ao percentual de 30% (trinta por cento) de seus rendimentos; a cópia dos instrumentos dos contratos; e a não inclusão de seu nome nos cadastros de proteção ao crédito.

Sentença: julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados pelo recorrido na petição inicial.

Acórdão: negou provimento aos recursos de apelação interpostos pelos réus, nos termos da ementa a seguir:

APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA (INDEX 788) QUE JULGOU PROCEDENTES, EM PARTE, OS PEDIDOS, PARA: (I) DETERMINAR QUE OS DESCONTOS DAS PARCELAS REFERENTES AOS CONTRATOS INADIMPLIDOS OBEDECESSEM AO PATAMAR DE 30% (TRINTA POR CENTO), EVITANDO-SE, ASSIM, RETENÇÃO DOS RENDIMENTOS PARA

AMORTIZAÇÃO DO DÉBITO, PREJUDICANDO A SUBSISTÊNCIA DO AUTOR, E (II) DETERMINAR QUE AS CUSTAS FOSSEM DIVIDIDAS E OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS COMPENSADOS, ESTES FIXADOS EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CONDENAÇÃO. APELOS DOS RÉUS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

Inicialmente, defere-se o pedido de gratuidade formulado pela Massa Falida do Banco Cruzeiro do Sul, a fim de se preservar o acesso à Justiça.

A questão principal trata da possibilidade de efetivação de descontos, na folha de pagamento do Autor aposentado, em percentual superior a 30% (trinta por cento) de sua renda, com vista à amortização de diversos empréstimos consignados contraídos com os Réus. Sobre a questão, reputa-se que não é lícito às instituições financeiras, ainda que sob a alegação de existência de cláusula contratual, se apropriarem da totalidade, ou quase totalidade, da renda percebida pelos consumidores, a título de compensação de dívida, independentemente da solidez e certeza do crédito perquirido. Note-se que tais vencimentos e benefícios creditados em conta corrente ostentam caráter alimentar, não podendo, então, ser submetidos à compensação ou à retenção integral, pelos Bancos. Destarte, se o total de descontos não possibilita o mínimo existencial ao Suplicante, cabível a sua limitação.

É certo, também, que as instituições financeiras têm a obrigação de verificar, no momento da contratação, se o cliente possui, ou não, outros empréstimos. Ademais, a medida pleiteada não obstruirá a satisfação dos créditos dos Réus, que serão ressarcidos, pouco a pouco, conforme adimplidos os empréstimos anteriores (e-STJ fls. 1029/1030).

Embargos de Declaração: opostos pela CREFISA S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos e pelo Banco Schahin S/A e Banco Pan S/A, foram conhecidos e acolhidos para determinar a incidência dos honorários advocatícios e recursais sobre o valor da causa (e-STJ fls. 1213/1218)

Recurso Especial: a recorrente alega negativa de vigência ao art. 927 do CC, defendendo que a sua condenação à restituição dos valores e ao pagamento de danos morais deve ser afastada, em razão da ausência dos requisitos do dever de indenizar.

Assinala, ainda, pela impossibilidade de sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sobre o valor da causa, uma vez que, na presente hipótese, a condenação se mostra demasiada se comparado ao

trabalho desempenhado na demanda, a qual não apresenta grande complexidade.

Aduz, também, não haver previsão legal para a limitação dos descontos nos contratos de mútuo, diferente da modalidade de consignação em pagamento, não havendo, portanto, que falar na aplicação do limite de 30% (trinta) por cento.

Aponta, por fim, violação do art. 6º, §1º, da LINDB e dos arts. 313 e 314 do CC, sustentando que o contrato não poderia ser modificado posteriormente por se tratar de ato jurídico perfeito e que a recorrida ao assinar o ajuste assumiu obrigações relativas ao pagamento de prestações, pelo que alterar a sua forma de desconto implica na modificação ilegal do pactuado.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- *Julgamento:* CPC/2015

- *Da fundamentação deficiente*

A via estreita do recurso especial, exige a demonstração inequívoca da ofensa ao dispositivo inquinado como violado, bem como a sua particularização, a fim de possibilitar o seu exame em conjunto com o decidido nos autos.

Na hipótese, a recorrente ao defender as teses acerca do não cabimento dos honorários advocatícios sobre o valor da causa e da impossibilidade de limitação do desconto de 30% (trinta) por cento deixou de indicar quais os dispositivos de lei que teriam sido violados pelo acórdão recorrido, o que configura deficiente fundamentação do recurso, a atrair a incidência da Súmula 284/STF.

- *Da divergência jurisprudencial*

Da mesma forma, o recurso também não pode ser conhecido pela alínea "c" do permissivo constitucional, uma vez que não houve o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência.

No mais, deixou a recorrente de indicar o dispositivo de lei

federal sobre o qual se teria dado interpretação divergente. Incidência da Súmula 284/STF. Nesse sentido: AgRg no REsp 1579618/PR, 3ª Turma, DJe de 01/07/2016; AgRg no RESP 1283930/SC, 4ª Turma, DJe de 14/06/2016; e AgRg no REsp 1.346.588/DF, Corte Especial, DJe de 17/03/2014.

- Da ausência de prequestionamento

Quanto à violação do art. 6º, §1º, da LINDB e dos arts. 313, 314 e 927 do CC, bem como das teses defendidas para demonstrar a sua vulneração, esses não foram objeto de análise pelo Tribunal de origem, restando ausente o devido prequestionamento. Incide a Súmula 282/STF.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 15% (quinze) por cento para 20% (vinte) por cento sobre o valor da causa.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora